



Entrevista com João Brigola

João Carlos Pires Brigola é doutor em História/Museologia e professor na Universidade de Évora. É pesquisador do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedade (CIDEHUS/UÉ). Foi diretor do Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) entre 2009 e 2012. Investiga, publica, leciona e orienta pesquisas de mestrado e de doutoramento nas áreas de Teoria e História da Museologia; Gestão e Valorização do Património Cultural; História da Ciência (sécs. XVIII-XIX); Práticas Culturais.

Entrevista concedida via correio eletrónico a **Isabela Cristina Rosa, Jéssica Bley da Silva Pina e Ana Carolina Rezende Fonseca**, respectivamente mestrandas e doutoranda da Linha Cultura e Ciência na História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais.

[Revista Temporalidades]: No livro *Ensaios de História da Cultura – Museus, Património, Ciência* o senhor compilou uma série de artigos dedicados a pensar a relação entre os museus, suas coleções e a história. Qual seria o propósito da história da ciência dentro dos museus?

[João Brigola]: As colecções visitáveis (públicas ou privadas, pessoais ou institucionais), os jardins botânicos, os arboretos, os parques naturais, os planetários, os aquários (oceanários e fluviários), os zoológicos e os museus de ciência e técnica constituem um poderoso auxiliar no ensino e divulgação dos processos de conhecimento nas áreas das ciências exactas, das ciências da vida, das ciências da terra, das ciências cosmológicas. Esta função museal - a didáctica patrimonial - pressupõe pesquisa continuada sobre os objectos e sobre as coleções existentes em exposição permanente e em reserva técnica, além de uma política de aumento e aprimoramento dos acervos (a incorporação). Ou seja, nas unidades museológicas de tipologia científica - como em qualquer outra tipologia, aliás - o plano museológico deverá contemplar conjuntas estratégias: documental, investigativa e expositiva.

[RT]: O que configura um museu de ciência? É uma coleção científica? Qual o propósito da criação de espaços com essa especificidade?

[JB]: Os atuais espaços de configuração científica correspondem a diferentes gerações de preocupações museais, que vão desde os clássicos museus de matriz oitocentista, que se focavam essencialmente na exposição exaustiva e cenográfica dos acervos (e que são hoje sedutoras bolhas



no tempo) até aos de feição participativa e interativa que recorrem a processos tecnológicos das ‘humanidades digitais’ (cibernética, aplicativos virtuais, hipertexto em quiosques informáticos, etc). Mesmo nestes últimos, porém, a narrativa expositiva não dispensa o hibridismo e fusão das linguagens: objetos, textos, imagens, sons e sensações. Por este motivo, é necessário continuar a separar conceptualmente (como o faz o ICOM) os ‘museus de ciência’, que fazem das coleções a sua pedra de toque, dos ‘centros de ciência’ cuja estratégia expositiva menoriza ou dispensa até a existência de instrumentos e de equipamentos históricos, centrando-se nos processos puramente virtuais e tecnológicos. Nestes necessários e úteis ‘centros de ciência’ que visam elevar a literacia científica das populações, a história da ciência raramente é convocada já que a sua assumida missão é a de surpreender e ilustrar as leis da natureza e as do cosmos, sem reportar à contextualização da sua descoberta, bem como ao papel desempenhado pela comunidade de cientistas. Esta tarefa competirá sempre aos museus.

[RT]: No artigo *Domenico Agostino Vandelli – um naturalista italiano ao serviço de Portugal e do Brasil* o senhor evidencia como se deu o trânsito de informações e coleções para a construção dos acervos de várias instituições museológicas ao longo dos séculos XVIII e XIX. Quais as influências podemos estabelecer entre a circulação e produção de conhecimento científico frente aos interesses políticos e econômicos? É possível estender essa percepção para a atualidade?

[JB]: O tempo histórico é sempre único e irrepetível. As condições concretas da história do continente europeu ao longo de um século XVIII iluminista, enciclopédico, racionalista, naturalista e utilitarista explicam o enorme investimento econômico, educativo e científico colocado nas viagens filosóficas aos domínios ultramarinos na América, África e Ásia. O modelo de desenvolvimento adotado, denominado ‘naturalismo econômico’ ou “economia da natureza”, implicava o levantamento exaustivo (inventário, estudo e classificação) dos recursos dos ‘três reinos’ (animal, vegetal e mineral). Esta política de Estado implicava a profissionalização dos procedimentos associados à ‘viagem’, pelo que se procedeu a profundas reformas universitárias e à criação de novas instituições culturais e científicas: os jardins botânicos e zoológicos e os gabinetes de história natural. Os normativos teóricos e práticos desta febril atividade estavam disponíveis nos textos divulgados a partir de Uppsala (Suécia) por Lineu e aceites em toda a Europa das Luzes (de Lisboa a Moscovo). A circulação dos produtos e a internacionalização dos saberes foram as consequências mais impressionantes e duradouras deste movimento de mundialização



econômica que envolveu igualmente a institucionalização de estruturas culturais e científicas nas colônias, futuros estados independentes, da América latina: museus, jardins, escolas e academias científicas, bibliotecas, arquivos, observatórios, etc

Hoje, a globalização afigura-se fenômeno de tipo novo, colocando desafios científicos e tecnológicos à própria sobrevivência de um planeta devastado pelo exaurimento energético, pelas perversas desigualdades sociais, pelo excesso demográfico, pela desregulação dos conflitos geoestratégicos, pelos afrontamentos religiosos e civilizacionais, pelos êxodos populacionais. Em suma, a um tempo setecentista de otimismo racionalizador da condição humana contrapõe-se um tempo contemporâneo, certamente mais próspero mas mais caótico, que gera entropias no desenvolvimento sustentável das sociedades humanas. Contudo, hoje, tal como ontem, as comunidades científicas não são autônomas, livres e independentes, elas dependem sempre em última análise dos decisores políticos...

[RT]: Como o senhor avalia o “estado da arte” das coleções e dos museus de ciência atualmente em Portugal? E no Brasil?

[JB]: As iniciativas museais de cariz técnico-científico continuam a disputar, ainda que com escasso sucesso, o espaço hegemônico das tipologias artísticas, em particular da arte contemporânea. A assimetria deve-se em grande medida à própria percepção social do conceito de cultura, lugar onde a ciência ainda ocupa reduzido campo, se comparada com os saberes literário, histórico e humanístico. Existem, todavia, sinais claros de que assistimos actualmente à tendência para a revitalização deste campo museológico, seja através do surgimento de novos museus, seja pela reorganização e modernização de velhas instituições de proveniência oitocentista como gabinetes, laboratórios, colecções médicas, museus, jardins botânicos e zoológicos, etc. O movimento de intenso dinamismo universitário em torno da recuperação material e documental, visível quer no desenho de projectos de pesquisa científica, quer em teses académicas, tem-se feito muito pelo viés da criação de redes de espaços do conhecimento, de que constitui excelente exemplo o caso da UFMG.

Gostaria de convocar duas novas instituições relacionadas com a ciência, em cada um dos nossos países: em Lisboa, uma tutela privada, a Electricidade de Portugal (EDP) erigiu em 2016, na margem do Rio Tejo, um espaço de raiz com projecto da arquitecta britânica Amanda Levete, denominado Museu de Arte, Arquitectura e Tecnologia (MAAT). Trata-se de uma estratégia cultural e



museológica que intenta fundir o já existente Museu da Electricidade, instalado numa antiga central eléctrica, com as tipologias emergentes: a arte e a arquitectura. Uma forma de tentar superar (com êxito?) a dicotomia entre o universoda ciência e o da arte.

No Rio de Janeiro, na Baía de Guanabara, foi inaugurado em 2015 o denominado Museu do Amanhã, com projecto do famoso arquitecto espanhol Santiago Calatrava. Trata-se de um equipamento de indiscutível valia turística, patrimonial e pedagógica, apelando para o questionamento de urgentes questões que ameaçam o nosso planeta. Sucesso de bilheteira, apesar das avarias periódicas dos equipamentos tecnológicos. Um único objeto ocupa a extensa área expositiva: um totém, adquirido num antiquário em Paris, que os aborígenes australianos reivindicam como sagrado e, por isso, o consideram inapropriado como mostuário público. Um comentário que se impõe: a reflexão mais pertinente terá de ser desenvolvida em torno da designação de ‘museu’, aqui atribuída a um magnífico lugar de apredizagem de prospectiva científica mas que, carente de colecções e incumprindo várias funções museológicas, mais apropriadamente entraria na categoria de ‘centro de ciência’, tal como a definimos em outra resposta.

[RT]: Como a história da ciência pode contribuir para a conformação do conceito de patrimônio cultural? É possível ou viável falarmos na constituição de um patrimônio científico ou a concepção de patrimônio já a contempla?

[JB]: A ideia ainda muito comum que associa património cultural a história e arte, deixando no limbo as manifestações técnicas e científicas do génio humano, não faz hoje o mínimo sentido. O valor patrimonial atribuído a um qualquer objecto, edifício, conjunto, ou manifestação imaterial, só ganha contornos efectivos de protecção através da operação básica e inaugural de inventário. São, desde logo, as leis nacionais (leis do património cultural e dos museus), bem como os normativos internacionais (convenções, cartas e declarações), que definem e impõem esse procedimento tendencialmente exaustivo, universal e inacabado, mas essencial para o conhecimento, preservação e salvaguarda desses bens. No caso concreto dos objectos (instrumentos e equipamentos) de índole histórica e científica, o trabalho que as equipas têm pela frente parece inesgotável, mas afigura-se o único possível a fim de resgatar os imensos espólios existentes nos laboratórios, universidades, academias científicas, gabinetes de hospitais, observatórios astronómicos, etc. Está em causa afinal a própria prossecução dos programas de pesquisa no âmbito das histórias das ciências.